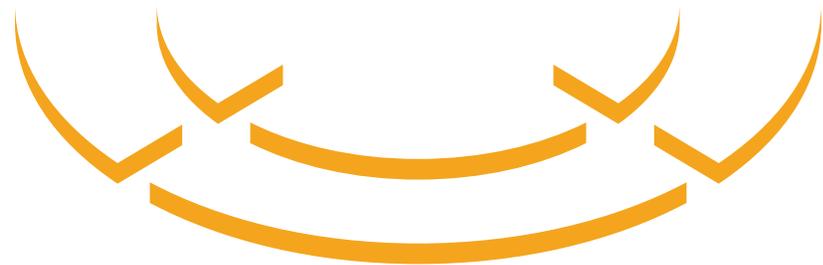
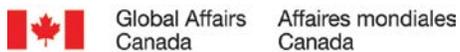


Destiques Do Ano



2015



FORMATAÇÃO E DESENHO: Lisa Temes

FOTOGRAFIAS: Cortesia das organizações e dos Parlamentos anfitriões das reuniões.

Esta publicação, como muitas das atividades nela descritas, só foi possível graças à generosa contribuição econômica do Ministério dos Assuntos Globais do Canadá (GAC, sigla em inglês), anteriormente denominado de Ministério dos Assuntos Exteriores, Comércio e Desenvolvimento (DFAIT, sigla em inglês).

Índice

- 4 Mensagem da Presidenta do ParlAmericas
- 5 Mensagem da Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares
- 6 Mensagem do Presidente da Rede Parlamento Aberto
- 7 Sobre o ParlAmericas
- 8 Os pilares do nosso trabalho
- 9 Legislativos nacionais representados em nosso Conselho de Administração
- 10 Parceiros
- 11 2015 – Resumo de atividades
- 12 2015 – Resumo de atividades
- 13 Encontro parlamentar sobre transparência legislativa no âmbito da Cúpula das Américas
- 15 Conferência internacional sobre o fortalecimento da supervisão legislativa
- 16 Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares
- 20 Em foco: Assembleia Plenária
- 30 Encontro da sociedade civil durante o II Foro Parlamentar Pequim 20 anos depois
- 32 Sessão painel sobre reforma de transparência legislativa no âmbito da Cúpula Mundial da Aliança para o Governo Aberto
- 34 Sessão de trabalho da Rede de Parlamento Aberto no âmbito da Cúpula Mundial da Aliança para o Governo Aberto
- 37 Delegações parlamentares na Missão de Observação Eleitoral do ParlAmericas no Haiti
- 40 Operações e finanças

Mensagem da Presidenta do ParlAmericas



Prezados(as) colegas,

É uma honra dirigir-me a vocês, como Presidenta do ParlAmericas, para apresentar-lhes nosso relatório Os Destaques do Ano de 2015 e dizer que este foi um ano de grande crescimento para nosso foro.

Como poderão observar ao longo destas páginas, durante o ano de 2015 tivemos continuadas oportunidades de compartilhar experiências, trocar práticas promissoras e fomentar o diálogo interparlamentar, organizando encontros nos quais pudemos abordar temas fundamentais sobre transparência legislativa, igualdade de gênero, entre outros de interesse para o hemisfério.

Durante nossa última Assembleia Plenária, realizamos a primeira consulta estratégica institucional, para que os pontos de vistas, experiências e ideias das legisladoras e legisladores da região fossem considerados na implementação de nossos projetos em longo prazo.

Destaco nosso desenvolvimento com a adesão de um novo grupo de trabalho permanente do ParlAmericas: a Rede de Parlamento

Aberto. Esta rede é presidida pelo senador Hernán Larraín, do Chile, e tem contribuído para o nosso êxito como organização.

Ressalto também a eleição da nova presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, a parlamentar Gina Godoy, do Equador. Além disso, damos as boas vindas ao nosso Conselho de Administração a Cuba e a Santa Lúcia com muito entusiasmo.

Agradeço a todas (os) por suas valiosas contribuições ao longo de 2015, convidando-lhes a continuar trabalhando em conjunto para o bem estar das Américas e do Caribe e pelo fortalecimento dos laços entre os nossos países.

Atenciosamente,

Marcela Guerra

MARCELA GUERRA

Senadora, México
Presidenta do ParlAmericas

Mensagem da Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares



Prezadas companheiras e prezados companheiros,

Recebam uma saudação fraterna do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas.

Neste relatório anual que o ParlAmericas apresenta, me orgulha destacar o 7º. Encontro do nosso grupo, que aconteceu em Termas de Rio Hondo, Argentina, no qual apresentamos uma agenda ambiciosa para homens e mulheres membros do parlamento, dedicados ao empoderamento político das mulheres.

Também participamos do II Foro Parlamentar Pequim +20, convocado pela Assembleia Nacional do Equador. No âmbito deste foro, o ParlAmericas organizou um encontro com mais de uma centena de representantes da sociedade civil, no qual dialogamos sobre o tema ‘Mulher e a Economia Solidária’.

Além disso, tive a honra de participar da Missão de Observação Eleitoral do ParlAmericas no Haiti, onde nos reunimos com mulheres líderes que trabalham

diariamente para conseguir uma maior participação das mulheres na política, livre de discriminação.

Com muito entusiasmo assumo esta presidência, para continuar o plano de ação de nosso grupo pelos direitos das mulheres. Quero agradecer de maneira especial a minha antecessora, a presidenta Jennifer Simons, por sua orientação, liderança e grande compromisso.

Em nome do Grupo de Mulheres Parlamentares, agradeço todas as importantes contribuições recebidas e, em conjunto com o ParAlemericas, possamos nos comprometer, mulheres e homens, a seguir adiante na luta pela igualdade de gêneros.

Atenciosamente,

Gina Godoy

GINA GODOY

Membro da Assembleia Nacional do Equador

Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares

Mensagem do Presidente da Rede Parlamento Aberto



Prezadas e prezados amigos e amigas do ParlAmericas,

É uma honra saudar-lhes como Presidente da Rede de Parlamento Aberto. Este ano a Rede se incorporou à estrutura do ParlAmericas para continuar sua consolidação em todos e em cada um dos países do hemisfério.

Tem sido muito gratificante poder compartilhar e dialogar sobre o Plano de Ação desta Rede, assim como escutar suas valiosas contribuições e ideias na reunião de trabalho celebrada no México, em outubro deste ano. Espero que durante os próximos meses nossos legislativos continuem comprometendo-se com os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e probidade, de maneira que cada vez mais possamos continuar fortalecendo nosso sistema democrático e aplainar o caminho para parlamentos mais abertos em nossos países.

Envio a todas e todos uma forte saudação, com a convicção de que a partir do ParlAmericas conseguiremos avançar na consecução destes princípios para o bem de todos os nossos povos. Este é o compromisso do ParlAmericas. E convido a todas e a todos para que participem das atividades que realizaremos durante o ano de 2016.

Atenciosamente,

Hernán Larraín

HERNÁN LARRAÍN

Senador, Chile

Presidente da Rede Parlamento Aberto

Sobre o ParlAmericas

ParlAmericas é uma rede de legislaturas nacionais dos estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com sede em Ottawa, Canadá, funciona como um foro independente para as (os) parlamentares das Américas e do Caribe comprometidos com o diálogo político cooperativo e com a participação no sistema interamericano. Desde 2001, o ParlAmericas vem criando uma comunidade profissional de apoio para parlamentares através de foros regionais, oportunidades de capacitação, debates contínuos e ações de acompanhamento. O ParlAmericas é um espaço para compartilhar experiências e melhores práticas sobre igualdade de gênero, transparência legislativa e outros temas de relevância hemisférica; para fortalecer os laços entre os países da região através da diplomacia parlamentar.

O ParlAmericas é administrado por e para parlamentares, com um Conselho de Administração que representa as legislaturas das Américas do Norte, Centro e, Sul e do Caribe.



Os pilares do nosso trabalho



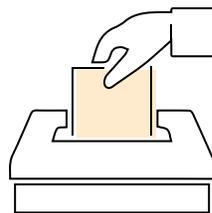
Desenvolvimento de capacidades

O ParlAmericas enriquece as aptidões e os conhecimentos que as (os) parlamentares possuem. O exercício desta educação contínua aumenta a eficiência das instituições parlamentares do hemisfério.



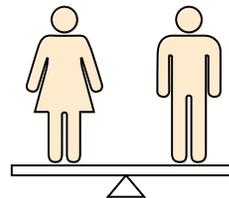
Networking

O ParlAmericas constrói vínculos ao facilitar a troca de ideias e de práticas inovadoras, tanto entre parlamentares como entre parlamentares e outras partes interessadas, incluindo grupos da sociedade civil, acadêmicos, especialistas em políticas e outros grupos parlamentares.



Democracia

O ParlAmericas fortalece as habilidades das (os) parlamentares para representar os cidadãos e cidadãs das Américas e para trabalhar em seu nome. Nossas atividades inspiram uma análise crítica de temas como governo aberto, equidade social e desenvolvimento sustentável.



Igualdade de gênero

O ParlAmericas busca encorajar as (os) parlamentares para que desenvolvam leis, políticas e sociedades sensíveis às questões de gênero. Criamos espaços para debates sobre maneiras de se acelerar o avanço da liderança feminina e dos direitos humanos das mulheres.



Transparência

O ParlAmericas fomenta iniciativas para parlamentos abertos e transparentes. Este trabalho consiste em mecanismos que incluem prestação de contas, acesso à informação pública, conduta ética e participação cidadã em processos legislativos.

Legislativos nacionais representados em nosso Conselho de Administração

Comitê Executivo do Conselho de Administração

MARCELA GUERRA, Presidenta. Senadora, México.

GERMÁN BLANCO, 1º. Vice-presidente. Representante, Colômbia.

GINA GODOY, 2ª Vice-Presidenta. Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares. Membro da Assembleia Nacional, Equador.

HERNÁN LARRAÍN, 2º. Vice-presidente, Presidente da Rede Parlamento Aberto. Senador, Chile

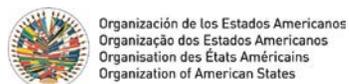
O Conselho de Administração é formado por membros eleitos e representantes sub-regionais dos Paramentos-membros, além de membros associados, da presidenta ou presidente imediatamente anterior, da ou do anfitriã(ão) da próxima Assembleia Plenária e da diretora ou diretor geral da Secretaria Internacional.



Parceiros

Além do trabalho realizado com os Parlamentos-membros, durante o ano passado, o ParlAmericas tem colaborado com uma série de organizações que contribuíram para nossas atividades através de suas (seus) especialistas, apoio e recursos. Desejamos

manifestar a todas elas (eles) nosso agradecimento e o desejo de continuar com esta colaboração em prol do fortalecimento da democracia, da transparência legislativa, da igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável.



Empowered lives.
Resilient nations.



2015 – Resumo de atividades



2015 – Resumo de atividades





Encontro parlamentar sobre transparência legislativa no âmbito da Cúpula das Américas

TEMA: Inovações democráticas e ética parlamentar

DATA: 10 de abril de 2015

LUGAR: Cidade do Panamá

ANFITRIÕES: Parlatino e ParlAmericas

PARTICIPANTES: Parlamentares representantes de 26 países do continente americano e do Caribe e os ministros de assuntos exteriores do Canadá e do Uruguai

O Parlamento Latino-Americano (Parlatino) e o ParlAmericas organizaram conjuntamente um encontro parlamentar no âmbito da Cúpula das Américas, durante o qual os participantes compartilharam suas experiências e conhecimentos sobre o tema da transparência com uma perspectiva

legislativa. Durante o encontro as duas organizações firmaram um Memorando de Entendimento.

Luis Almagro, Secretário Geral eleito da OEA, fez uma conferência magistral na qual expressou seu entusiasmo pelas agendas conjuntas destinadas a promover o diálogo e a participação pública no desenvolvimento de soluções para os conflitos sociais e uma maior eficiência e eficácia no trabalho parlamentar.

“Espero que o trabalho em conjunto seja a norma e que a consulta e o diálogo sejam o espírito que nos anime permanentemente”.

Luis Almagro

O programa do encontro incluiu dois painéis nos quais parlamentares de toda a região compartilharam suas perspectivas sobre inovações democráticas e ética parlamentar e avaliaram as

oportunidades que oferecem as novas tecnologias da comunicação, as iniciativas para a participação cidadã e as oficinas de ética.

O primeiro painel foi moderado por Luis Eduardo Quirós, deputado do Panamá, e contou com a participação de José Roberto Alejos, deputado da Guatemala; Gina Godoy, membro da Assembleia Nacional do Equador; Earl Dreshen, membro do Parlamento do Canadá; Domingos Neto, deputado do Brasil; e Alejandro Encinas, Senador do México. O segundo Painel foi moderado por Ana Matilde Gómez, deputada do Panamá, do qual participaram os expositores Miguel Edgardo Martínez, deputado de Honduras; Wade Mark, presidente da Câmara

de Representantes de Trinidad e Tobago; Epsy Campell, deputada da Costa Rica e Jorge Pedraza, senador da Colômbia.

No encerramento do encontro, os participantes emitiram a Declaração dos Parlamentares das Américas reunidos no Âmbito da VII Cúpula das Américas. Para obter mais informações sobre o encontro, incluindo o texto completo desta declaração, consulte o informe do encontro através do centro de recursos do parlamento aberto, na página web do ParlAmericas.



“É necessário tomar consciência de que os assuntos de Estado são de interesse público e é um dever moral informar de forma permanente e completa a nossos eleitores. Não tenho dúvidas de que esse trabalho conjunto e coordenado trará benefícios não só para a nossa organização, mas também para os povos do continente”.

**Deputado Elías Castillo (Panamá),
presidente do Parlatino**

“As reflexões deste dia seguramente nos fizeram ver como conseguimos melhorar as condições dos nossos povos; porém, sobretudo, como conseguimos que as pessoas saibam o que fazemos, como o fazemos e para quem o fazemos, num marco de transparência”.

**Senadora Blanca Alcalá (México),
secretária geral do Parlatino**

“Desejo que este encontro sirva para lembrarmos que somos diretamente responsáveis pela promoção e pelo desenvolvimento de governos democráticos. Confio que sairão daqui propostas e recomendações para promover a transparência legislativa nas Américas”.

**Senadora Marcela Guerra (México),
presidenta de ParlAmericas**

Conferência internacional sobre o fortalecimento da supervisão legislativa

TEMA: Promover a prestação de contas, a transparência e o crescimento sustentável

DATAS: 2 a 4 de junho de 2015

LUGAR: Kingston, Jamaica

ANFITRIÕES: Parlamento de Jamaica, ParlAmericas, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PARTICIPANTES: Mais de 200 parlamentares, ex-legisladores, funcionários de governo e atores da sociedade civil do Caribe, Américas do Norte e do Sul e África

Em colaboração com o Banco Mundial e outros sócios, o ParlAmericas organizou junto com eles uma conferência sobre o **fortalecimento da supervisão legislativa nos legislativos do Caribe**, que pôs foco na importância crítica de garantir o uso de recursos limitados de modo a obter o máximo impacto no desenvolvimento e melhorar a eficiência, a prestação de contas e transparência. As (os) parlamentares participantes—entre os quais Jennifer Simons, presidenta da Assembleia Nacional do Suriname e Hugh Buchanan, membro do Parlamento de Jamaica, ambos integrantes do Conselho de Administração—, se somaram a auditores gerais, funcionários das comissões de contas públicas e outros participantes interessados nestes processos.

Michael Peart, presidente da Câmara de Representantes da Jamaica, foi o encarregado de abrir a conferência como representante do Parlamento anfitrião. Logo depois da conferência principal, a cargo de um representante do Banco Mundial, os participantes tiveram a honra de assistir o **discurso da primeira ministra Portia Simpson-Miller**, que destacou o valor da supervisão do gasto público por parte do Parlamento.

A Conferência foi dividida em sessões técnicas, enriquecidas com **estudos de casos** dos países presentes, sobre temas de desenvolvimento da capacidade institucional, oportunidades para as instituições de auditoria, efetividade da revisão financeira ex-ante e a supervisão ex-

post e o desenvolvimento de normas contábeis e de auditoria no Caribe. Fez-se uma análise dos desafios associados com cada um desses temas, de um ponto de vista regional, com especial atenção aos diferentes contextos imperantes nas pequenas jurisdições, em comparação com os que enfrentam suas contrapartes maiores.

Uma das observações mais destacadas foi a necessidade de ampliar o debate mediante a educação e participação cidadã, seja como indivíduos, como organizações da sociedade civil ou como organismos profissionais. Cabe destacar um esforço neste sentido da parte do país anfitrião: todas as quartas-feiras as audiências do Comitê de Administração e Dotações Públicas são transmitidas ao vivo de modo a que todos possam informar-se sobre o gasto público.

Baseados nas suas deliberações, os delegados emitiram uma declaração com **recomendações** centradas em: a) fortalecer a eficácia da dotação orçamentaria ex-ante; b) fortalecer a eficácia da supervisão parlamentar ex-post; c) fortalecimento institucional para uma supervisão parlamentar mais efetiva e d) desenvolver normas contábeis e de auditoria a fim de oferecer um melhor respaldo à supervisão do gasto público por parte dos Parlamentos. Os delegados se comprometeram a avaliar a possibilidade de por em prática estas recomendações e de efetivá-las, quando possível, em função das prioridades e da disponibilidade dos recursos nacionais.



Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares

TEMA: Plano de ação para prevenir o assédio sexual e a violência política contra as mulheres

DATAS: 11 a 14 de junho de 2015

LUGAR: Termas de Rio Hondo, Argentina

PARTICIPANTES: Mais de 75 participantes incluindo parlamentares, ex-legisladores, ativistas da sociedade civil e outros atores parlamentares de 12 países

Depois 2003, o Grupo tem promovido o respeito aos direitos humanos das mulheres e inclusão de uma perspectiva de gênero na agenda legislativa dos Parlaentos-membros. As atividades interparlamentares do Grupo facilitam a troca de conhecimentos numa perspectiva de igualdade de gênero e fortalecem as capacidades políticas das (os) parlamentares comprometidas (os) a fomentar o empoderamento das mulheres.

Comitê Executivo do Grupo de Mulheres Parlamentares:

GINA GODOY, presidenta. Membro da Assembleia Nacional, Equador.

CLAUDIA NOGUEIRA, vice-presidenta. Deputada, Chile.

MAGDA RODRÍGUEZ, secretária. Deputada, República Dominicana.

A anfitriã do encontro deste ano facilitado por Keila González, do Instituto Nacional Democrata, foi a deputada Aída Ruiz, da Argentina.

O assédio político (um dos temas do encontro) é uma forma de violência contra as pessoas que levam uma vida pública ativa, que tem motivos políticos e se baseia em questões de gênero. Entre os exemplos de assédio político ou violência política, uma barreira fundamental para a participação das mulheres na tomada de decisões, se pode menciona: **linguagem sexista**, **cobertura tendenciosa nos meios de**

comunicação, **pressão para forçar as mulheres a renunciar a cargos eletivos e outras formas de intimidação e agressão**. Se abertamente ou através de outras formas mais sutis de discriminação, esta violação dos direitos políticos das mulheres reforça os papéis de gênero tradicionais e as estruturas políticas denominadas pelos homens. Os delegados e delegadas que participaram do encontro se comprometeram a gerar consciência a respeito, bem como a tratar o tema do assédio político e evitar que ele aconteça.

Logo após receberem as boas vindas a Província de Santiago del Estero, da parte da **governadora Claudia Ledesma**, as delegações compartilharam informes sobre os avanços conseguidos nas iniciativas de seus parlamentos relativos ao plano de trabalho do Grupo de Mulheres Parlamentares, que se basearam no plano estratégico elaborado durante o encontro anterior. O programa incluiu também uma conferência principal sobre a Lei 243 da Bolívia a cargo da ex-parlamentar Ingrid Zabala; uma apresentação sobre democracia e

paridade de Iruñe Aguirrezabal, da ONU Mulheres-Escritório Regional para as Américas e o Caribe; uma troca com grupos de mulheres locais e a realização de grupos de trabalho dos quais participaram tanto parlamentares no exercício do mandato quanto ex-parlamentares. Além disso, os homens presentes participaram de uma cerimônia na qual se incorporaram oficialmente



ao movimento HeforShe (EleporEla) da ONU Mulheres.

Logo depois das trocas nos grupos de trabalho, os delegados e delegadas elaboraram compromissos específicos alinhados com as cinco áreas prioritárias identificadas no Plano de Ação.

1. **Desenvolver** enfoques multi-setoriais para a prevenção do assédio político e da violência política por motivos de gênero
2. **Incluir** os homens no empoderamento das mulheres na política em todos os níveis
3. **Tornar** os partidos políticos responsáveis pela igualdade de gênero
4. **Criar** um ambiente que permita apresentar o tema do assédio político e da violência política num debate público e parlamentar
5. **Apresentar** políticas, projetos de lei ou reformas sobre assédio político ou violência política e, uma vez aprovados, garantir o cumprimento por parte das instituições correspondentes



“Comprometo-me a gerar entre meus companheiros a sensibilização neste tema”.

“Comprometo-me a fazer foros para tornar conhecido o que é o assédio política e a violência política e a realizar uma campanha nas redes sociais para denunciá-lo publicamente”.

“Comprometo-me a tornar conhecido no meu parlamento o Plano de Ação do grupo e as ações programadas, assim como fazê-las conhecidas em entrevistas nos meios de comunicação”.

Para obter mais informações, incluindo o texto completo do Plano de Ação, consulte o informe do encontro acessando a [página web](#) com recursos sobre assédio político do ParlAmericas.



“Num mundo onde predominam os homens, levantar a voz e desempenhar um papel ativo na política tem altos custos, porém também este esforço tem uma recompensa”.

Deputada Claudia Nogueira (Chile), vice-presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares

“Ninguém te dá o poder. Tu conquistas o poder. Porém, não desanimem porque vocês são as pessoas que mudaram as coisas mediante a tomada do poder”

Sheila Copps, ex-parlamentar (Canadá)

“Pude escutar os testemunhos de muitas mulheres que viveram a violência na política e isso me fez tomar consciência de que o problema não é somente dos países subdesenvolvidos, mas do mundo inteiro.”

Hugh Buchanan, membro do Parlamento (Jamaica)

“Torna-se claro que as mulheres sofrem violência exatamente ali onde o fosso de gênero é mais amplo, como é o caso do competitivo âmbito da política parlamentar. Temos percorrido um longo caminho na luta por igualdade, porém as mulheres com pretensões políticas ainda são percebidas como uma ameaça para muitos homens. A forma de avançar será através do nosso Plano de Ação e do apoio mútuo para cumprir com os compromissos assumidos”

Jennifer Simons, presidenta da Assembleia Nacional do Suriname, presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares, 2013-2015



Em foco: Assembleia Plenária

TEMA: Legislando para a Prosperidade com Equidade

DATAS: 4 e 5 de setembro de 2015

LUGAR: Cidade do Panamá, Panamá

PARTICIPANTES: 45 legisladoras e legisladores nacionais representando 18 países

Na 12ª. Assembleia Plenária, da qual foi anfitrião Javier Ortega, deputado da Assembleia Nacional do Panamá, as (os) parlamentares de toda a região se reuniram sob o lema Legislando para a Prosperidade com Equidade, a fim de debater as iniciativas parlamentares referentes aos temas que foram tratados na VII Cúpula das

Américas: educação, saúde, energia, meio ambiente, migração, segurança, participação cidadã e governabilidade democrática. A Assembleia Plenária deste ano incluiu também sessões de consulta estratégica destinadas a incorporar as perspectivas e prioridades parlamentares no desenvolvimento da programação, em consonância com o projeto quinquenal do ParlAmericas anunciado recentemente. Em razão de a Assembleia Plenária ser o organismo máximo que toma as decisões do ParlAmericas, os delegados elegeram também determinados membros do Conselho de Administração.

Ato inaugural

A Assembleia Plenária teve início com as palavras de boas vindas dos (as) parlamentares do país anfitrião, Panamá, e de outros representantes do Conselho de Administração do ParlAmerica.

“A missão do ParlAmericas é um compromisso de melhorar os processos democráticos no hemisfério, conseguindo que os canais dessa conversação se abram para questões claras de interesse recíproco em todo o continente americano”.

Deputado Javier Ortega (Panamá), anfitrião da Assembleia Plenária

O ParlAmericas se constituiu num foro aberto onde não apenas se tem construído vínculos de confiança e amizade entre os parlamentos das Américas, mas também se tem gestado propostas inovadoras dos parlamentares nessas arenas políticas para poder melhorar a qualidade de vida de nossas comunidades”.

Senadora Marcela Guerra (México), presidenta do ParlAmericas



“Como mulheres legisladoras comprometidas a melhorar o bem-estar das mulheres em nossos países, nós mesmas também experimentamos desafios devido ao nosso gênero. Nossa perspectiva de gênero é importante para o trabalho de proposição de leis”.

Presidenta da Assembleia Nacional Jennifer Simons (Suriname), presidenta sainte do Grupo de Mulheres Parlamentares

“Hoje vivemos num mundo globalizado, um mundo que transformou as instituições e que tem permitido uma comunicação mais ampla e mais rápida entre todos, e que tem possibilitado aos cidadãos uma maior participação em temas que antes lhes eram desconhecidos”.

Rubén de León, presidente da Assembleia Nacional (Panamá)

Conferência principal

Depois da abertura oficial da Assembleia Plenária, o Dr. Marcel Salamín do Ministério das Relações Exteriores de Panamá, dissertou sobre o tema “Um hemisfério em crise, um futuro incerto”, proporcionando aos (as) participantes um panorama da realidade complexa dos países representados, os quais se encontram em processo de mudança e de transição.

Para o Dr. Salamín a crise inclui aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais; ele identificou, por exemplo, o problema da desigualdade social, em que a parcela de 1% da população concentra a maior parte da riqueza; e o problema da política, em que nem sempre se constroem diálogos participativos ou representativos das necessidades dos (as) eleitores (as). Outro fator que ele destacou foi que se tende a ver a democracia de uma maneira política

e não social, limitando a legitimidade democrática quando as necessidades das minorias não são incorporadas.

Ele afirmou que estes problemas não são resolvidos de maneira individual. “Temos de ser conscientes e recorrer ao espaço multilateral para encontrar soluções”, assegurou. É possível observar nas ruas que as cidadãs e cidadãos reclamam soluções que implicam mais espaços de participação.

Ele terminou a apresentação ressaltando que os órgãos legislativos tem uma responsabilidade primeira de executar esta agenda e tornar realidade concreta os acordos pertinentes.

“Os frutos desta Cúpula das Américas dão resultado quando vocês como parlamentares começam, precisamente, a discutir o roteiro para levá-los a bom termo”.

Dr. Marcel Salamín do Ministério das Relaciones Exteriores do Panamá



Painel: “Educação, Saúde, Energia e Segurança: Estudos de casos legislativos”

Moderadora: Deputada Alicia Comelli (Argentina)

Painelistas: senadora Blanca Ovelar (Paraguai); senador Humberto Costa (Brasil); presidente do Senado Chester Humphrey (Granada); deputada Gladys López (Cuba)

Educação

Na apresentação inicial sobre educação a Senadora Ovelar ofereceu um panorama mundial e regional e

citou índices de desenvolvimento com exemplos tomados da experiência do Paraguai. Ela começou a sua apresentação dizendo que em 1990, delegadas e delegados de mais de 150 países se reuniram em Jomtien, Tailândia, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Porém, chegado 2000, ao ver a falta de tempo e recursos para alcançar os objetivos planejados, se propuseram a estender a meta para o ano de 2015. Até hoje, ainda não conseguimos alcançar os objetos, ainda que tenhamos melhorado certas condições sociais, como por exemplo, no Paraguai, se incluiu a mais de um milhão de alunos nas escolas, em apenas uma década.

Apesar dos avanços, ela reiterou que vivemos na região mais desigual do mundo e que a educação é o único

fator que pode combater a desigualdade social. A senadora Ovelar concluiu com uma análise comparativa entre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de vários países da região americana e sua evolução ao longo das últimas décadas. Nesta análise demonstra-se que o investimento em educação dos países da Ásia oriental se aproxima de quase 20% do PIB nacional, enquanto que o dos países latino-americanos oscila em torno de 6%.

« Nous sommes un élément fondamental de la structure de l'État. Nous devons fournir les outils nécessaires à l'Etat pour faire en sorte que les écoles ne reproduisent pas l'inégalité existante. »

Senadora Blanca Ovelar (Paraguay)

Saúde

Na continuação, o senador Costa fez uma apresentação sobre o tema da saúde através de estudos de casos do programa Mais Médicos. Ele explicou que este programa beneficiou mais de 60 milhões de pessoas, em especial aquelas que antes não possuíam acesso ou tinham acesso limitado à assistência médica. Também constatou que o programa conseguiu a construção de infraestrutura para clínicas, centros médicos e para a atenção ao público. Ao mesmo tempo, o sistema de educação em medicina foi reformado, para melhorar a capacitação de médicos em todas as especialidades médicas.

Paralelamente, o governo do Brasil firmou um convenio com Cuba, através da Organização Pan-americana de Saúde, para enviar 15.000 médicos ao Brasil para melhorar a assistência médica e ajudar no processo de capacitação. O nível de graduados em medicina aumentou, não somente em qualidade, mas também na proporção de médicos por habitantes.

“Faz exatamente dois anos que o Brasil iniciou este programa na área da saúde, sendo um dos instrumentos mais importantes de inclusão social no país”.

Senador Humberto Costa (Brasil)

Energia

O presidente Humphrey, por seu lado, começou a sua apresentação sobre energia lembrando que seu país é pequeno tanto em tamanho quanto em população. Sendo um país de poucos recursos, a situação de Granada consiste numa dependência dos produtos derivados de petróleo para satisfazer a sua crescente demanda.

Segundo o presidente Humphrey, um dos problemas maiores para o desenvolvimento do país está no alto custo da energia. No caso da energia elétrica, existe uma empresa estrangeira que conseguiu obter o monopólio como único provedor no país. Granada é o segundo país com o custo de energia elétrica mais alto no Caribe, com um preço



de US\$0.65/kW; este é um fator muito importante também no desenvolvimento de energias alternativas, que tem afetado à indústria hoteleira.

Porém, comentou o presidente Humphrey que no parlamento do seu país se encontra em tramitação uma lei que permite o acesso de outras companhias ao mercado, de modo a poder oferecer a possibilidade de preços mais competitivos aos consumidores. O governo também está buscando alternativas energéticas para aproveitar certas

vantagens geográficas, com usinas experimentais de energia eólica. Ele concluiu ressaltando os problemas de conservação de energia e de sua diversificação como sendo os temas mais essenciais a tratar.

“[Energia] é um tema primordial para muitos países e nenhum país de economia moderna pode se permitir fugir a esse tema”.

Chester Humphrey, presidente do Senado (Granada)

Segurança

Em seguida, a deputada López abordou o tema da segurança humana, e o trabalho que atualmente Cuba realiza sobre esta questão. Ela comentou que no parlamento do seu país há uma identificação com o lema da Assembleia Plenária, Legislando para a prosperidade com igualdade, explicando que em todas as decisões, incluindo a aprovação do orçamento de cada ano, o debate acontece

rigorosamente com a participação ativa das deputadas e deputados. O mesmo acontece com a aprovação de projetos durante as sessões ordinárias. Este trabalho proporciona segurança, enriquece o esforço das (os) legisladoras (es) porque elas (es) ganham mais conhecimento e consciência na hora de legislar.

Outro exemplo de segurança humana é o que acontece em relação às atividades relativas à promulgação da Lei do Código do Trabalho, que define o trabalho como um direito e dever social. Esta lei promove a igualdade no trabalho, protegendo aos (às) jovens trabalhadores (as) e às mulheres trabalhadoras, e proíbe a discriminação de todo tipo, bem como o trabalho infantil.

A deputada López citou José Martí para enfatizar a luta das e dos parlamentares para examinar e remediar os males do povo. “Devem ser, portanto, a imagem do seu povo, nascidos dele e dedicados à

missão que deve tornar permanente a sua entrega para assegurar a ele seus plenos direitos e proteção para alcançar a segurança de vida que todos merecemos”. Ela terminou destacando o essencial para o desenvolvimento, que é seguir aperfeiçoando estas experiências comentadas, e outras que estão sendo executadas, para aumentar a participação cidadã.

“Segurança é um tema que atravessa transversalmente todas as áreas da vida, que tem a ver com a integralidade, com ter claro o conceito de que tudo [o que] fazamos deve ser por e para nossos povos”.

Deputada Gladys López (Cuba)

Ao concluir as intervenções, a deputada Comelli, como moderadora, resgatou os pontos mais importantes de cada painalista; por exemplo: a necessidade de

incentivar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade e incrementar o orçamento destinado à educação; o desafio de estabelecer uma cobertura de saúde igualitária tanto em cidades grandes quanto em zonas pouco povoadas; a necessidade de uma participação coletiva na construção das leis, como no caso da auto-sustentabilidade energética em ilhas pequenas; e que a única maneira de oferecer segurança para nossos povos é com um pleno exercício e garantia de respeitar os direitos básicos das pessoas. Em seguida, as (os) delegadas (os) trocaram experiências e iniciativas para abordar os temas nos seus respectivos parlamentos.



Painel sobre migração, meio-ambiente, participação cidadã e governabilidade democrática

Moderador: Representante Germán Blanco (Colômbia)

Painelistas: senadora Tanisha Tynes (Bahamas); deputado Ignacio Urrutia (Chile); deputada Ana Matilde Gómez (Panamá); membro da Assembleia Nacional Marllely Vásconez (Equador).

Migração

A senadora Tynes deu início ao segundo painel fazendo referência ao tema da imigração. Lembrou que a imigração pode trazer múltiplos benefícios, em especial quando os imigrantes contribuem com a economia e o bem-estar do país. Porém, explicou os problemas que são gerados a partir da imigração descontrolada e ilegal. No caso das Bahamas, a excessiva imigração recebida a cada ano gera fortes gastos na economia e muitas perdas para a sociedade.

Um grande problema é o tráfico de pessoas que acontece na região. Ela assinalou que ao tentar imigrar de maneira ilegal, muitos perdem as suas poupanças e, inclusive, a vida. Ressaltou também que as ilhas são um centro de trânsito para os imigrantes que desejam chegar a outros países, em geral os Estados Unidos.

Ao concluir a sua apresentação, ela ofereceu detalhes sobre um projeto que está sendo trabalhado em seu país com o objetivo de incrementar a segurança e permitir maior controle sobre a imigração. Além disso, indicou que este projeto se propõe a

identificar quem estiver em situação ilegal no país, com a finalidade de regularizar o seu status.

“O tráfico de pessoas é uma preocupação, há gente que perdeu suas economias e, inclusive, suas vidas”.

Senadora Tanisha Tynes (Bahamas)

Meio Ambiente

Continuando com o segundo painel, o deputado Urrutia deu início a sua apresentação sobre o meio-ambiente, enfatizando que a mudança climática é uma realidade que já acontece em muitos países. Ele mencionou que as altas emissões de CO2 que se registram atualmente são a causa principal deste problema. O deputado Urrutia lembrou a urgência de incorporar a proteção do meio-ambiente na política, na economia e na sociedade, como um tema primordial. Ele indicou que a riqueza em biodiversidade e águas doces da América Latina é única; e que é responsabilidade dos países se conscientizarem e serem responsáveis pelo manejo das mesmas.

Ele finalizou a sua apresentação

compartilhando a experiência do Chile, país que desenvolveu um sistema de regulação ambiental durante os últimos 25 anos, tendo como base uma regulação ambiental que existia desde meados de 1992, antes da Cúpula do Rio. Hoje em dia, o Ministério do Meio Ambiente avalia e regula os projetos que são desenvolvidos no Chile, em especial aqueles que não cumprem com as políticas ambientais.

“Na América Latina contamos com uma biodiversidade e reservas de água doce que são únicas, por isso nossos países necessitam ser conscientes da responsabilidade de manejar e preservar a riqueza que assegura serviços ecossistêmicos em nível local, nacional e global”.

Deputado Ignacio Urrutia (Chile)

Participação cidadã

A deputada Gómez iniciou a sua apresentação definindo a participação cidadã como o esforço individual ou coletivo que qualquer cidadão ou grupos de cidadãos realizam com o objetivo de impactar nas políticas públicas, ou de tentar tomar parte no processo de tomada de decisões, sem ocupar cargos públicos. Fazendo referência ao artigo 6 da Carta Democrática da OEA, assinada por todos os países do hemisfério em 2001, ela indicou que a participação da cidadania é um direito

e uma responsabilidade; bem como uma condição necessária para o exercício da democracia.

Em sua opinião, a transição democrática que muitos dos países latino-americanos experimentaram não tem contribuído para o fortalecimento da cidadania, mas apenas para o fortalecimento da criação de partidos políticos. Segundo sua experiência, esta condição tende à desqualificação da participação cidadã. Ela indicou que o grande desafio que se vive atualmente no Panamá e outros países da região é que a consolidação democrática não é sustentável a partir da perspectiva dos cidadãos, que não conseguem que suas vozes sejam escutadas, a não ser por intermédio de algum ator político.

Apesar do mencionado acima, ela explicou que hoje em dia se vem trabalhando muito em torno deste grande desafio, e que se tem alcançado a criação de mais espaços nos quais os cidadãos podem participar na formulação de diferentes políticas públicas, que impactam positivamente no desenvolvimento humano.

Concluindo a sua participação, a deputada Gómez ressaltou a preocupação da sociedade com o sistema político na América Latina. Ela mencionou que a descentralização do Estado é um elemento de suma importância para a obtenção da incorporação da participação cidadã na democracia, e com isso conseguir a confiança da sociedade.

“Não há democracia sem mulheres, não há democracia sem minorias e não há democracia sem participação cidadã”.

Deputada Ana Matilde Gómez (Panamá)

Governabilidade democrática

Em sua exposição a respeito da governabilidade democrática, a parlamentar Vascónez explicou como a participação cidadã e a governabilidade democrática são dois temas de suma importância que se complementam. Ela indicou que ambos implicam um conceito que incorpora a participação dos cidadãos na tomada de decisões, sem que sejam demandantes da mudança, mas parte dela.

Explicou, ainda, que se considera haver três tipos de democracia que se complementam: representativa, participativa e deliberativa. Ela apresentou artigos da nova Constituição do Equador em que se demonstra a melhora e o incremento da participação cidadã.

Concluindo a sua intervenção, ela apresentou como exemplo o artigo 103 da constituição equatoriana, em que se menciona que a participação cidadã deve ser orientada pelos princípios da igualdade, autonomia, deliberação pública, respeito à diferença, controle popular, solidariedade e interculturalidade.

“Democracia implica um conceito que incorpore a participação dos cidadãos na tomada de decisões, sem serem demandantes da mudança, mas parte desta”.

Membro da Assembleia Nacional Marllely Vascónez (Equador)

Após concluírem, o representante Blanco, na condição de moderador, abriu a sessão de perguntas e respostas. A maioria das intervenções se deu em torno da participação cidadã e governabilidade democrática; sobressaindo-se as indagações sobre como incrementar o nível de interesse das pessoas em relação à gestão dos parlamentos. Para finalizar as intervenções, desenvolveu-se uma discussão sobre a imagem negativa que a sociedade tem a respeito das (os) parlamentares e as dificuldades que são criadas em função disso.

Apresentação sobre Parlamentos Sensíveis às Questões de Gênero

Todos os anos, o Grupo de Mulheres Parlamentares traz a sua perspectiva de gênero às sessões da Assembleia Plenária. A fim de materializar a importância de institucionalizar a perspectiva de gênero em toda a luta parlamentar—e, por extensão, de todos os temas que são submetidos à consideração da Assembleia Plenária—os

delegados e delegadas assistiram a apresentação sobre o marco para parlamentos sensíveis às questões de gênero, a cargo de Jutta Marx, da União Interparlamentar (IPU, sigla em inglês). Os cinco elementos fundamentais dos parlamentos sensíveis às questões de gênero são: 1) a composição do parlamento; 2) o marco jurídico; 3) as modalidades de trabalho, estruturas e mecanismos; 4) a cultura e infraestrutura; 5) e os associados estratégicos.

O primeiro elemento consiste em aumentar o número de mulheres que participam da política, facilitando seu acesso e apoiando sua liderança. O seguinte, se trata de implementar leis ou ações que promovam a igualdade de gênero nos parlamentos, e/ou revisar as já existentes para corrigi-las. O terceiro elemento refere-se ao estabelecimento de uma estratégia que coloque o tema da igualdade de gênero no centro das decisões políticas gerais, institucionais e na distribuição dos recursos. O quarto ponto, é que se deve eliminar nos parlamentos a linguagem que indique estereótipos discriminatórios ou assédio sexual. Finalmente, o apoio e respaldo dos homens pode ser um elemento fundamental na luta pela equidade de gênero nos parlamentos, através da proposição de medidas e reformas que promovam a inclusão da mulher no parlamento.

A senhora Marx compartilhou com a assistência orientações, melhores práticas e uma auto-avaliação que se pode utilizar para medir quão sensíveis são os Parlamentos às questões de

gênero, o que inclui identificar debilidades que podem contribuir para formular recomendações e estabelecer prioridades referentes à reforma e ao apoio técnico.

A metodologia desta avaliação enfoca sete características dentro dos parlamentos como prioritárias na sensibilidade às questões de gênero: 1) O número de mulheres no parlamento e os cargos que elas ocupam; 2) O marco jurídico e político do parlamento; 3) A incorporação da igualdade de gênero; 4) Entorno, políticas e procedimentos parlamentares; 5) Compartilhamento de responsabilidades com os homens; 6) Partidos políticos; e 7) O pessoal de apoio parlamentar.

Conforme explicou a senhora Marx, o exercício de auto-avaliação pode ser ajustado em função das necessidades de cada parlamento. Os encarregados de realizá-lo devem ser diversos grupos de trabalho formados por legisladores, pessoal de apoio parlamentar e especialistas externos—com a ajuda de um moderador—e o objetivo da auto-avaliação não é estabelecer uma classificação dos parlamentos nem de seus desempenhos, mas gerar debates e deliberações a fim de identificar os aspectos a melhorar.

“Um parlamento sensível às questões de gênero é aquele que responde às necessidades e interesses tanto de homens como de mulheres no que se refere a suas estruturas, funcionamento, métodos e tarefas”.

A União Interparlamentar define um parlamento sensível às questões de gênero como aquele que:

- Promove e consegue a igualdade em número de mulheres e homens em todos os seus órgãos e estruturas internas.
- Dota-se de um marco normativo em matéria de igualdade de gênero adaptado ao contexto nacional.
- Integra a igualdade de gênero nos trabalhos que realiza.
- Fomenta uma cultura interna respeitosa dos direitos das mulheres, promove a igualdade de gênero e responde às necessidades e realidades dos parlamentares—homens e mulheres— para permitir—lhes conciliar as responsabilidades profissionais e as obrigações familiares.
- Reconhece a contribuição dos parlamentares que defendem a igualdade de gênero e nela se baseiam.
- Estimula aos partidos políticos para que tomem a iniciativa de promover e alcançar a igualdade de gênero.
- Capacita o pessoal de apoio parlamentar e lhe proporciona os recursos necessários



para promover a igualdade de gênero, fomenta ativamente a nomeação de mulheres para ocupar postos de responsabilidade e permanecer nesses postos, e assegura a integração da igualdade de gênero no trabalho da administração parlamentar.

Para saber mais, consulte o [Plano de ação para os parlamentos sensíveis às questões de gênero da IPU](#).

Consulta estratégica

A diretora geral apresentou uma dinâmica exposição sobre o novo projeto de cinco anos do ParlAmericas. Esta exposição foi seguida de dois

períodos de consultas estratégicas que foram facilitadas pela senhora Keila González. As sessões tiveram como objetivo que as (os) parlamentares dos legislativos—membros identificassem ideias, enfoques e estratégias para serem implementadas ao longo do projeto.

Na primeira parte da consulta estratégica foram trocadas experiências sobre as iniciativas interparlamentares que as (os) delegadas (os) consideram mais úteis e benéficos para apoiar o seu trabalho legislativo. Identificou-se estratégias para envolver de maneira mais efetiva os parlamentos—membros nestas atividades, bem como promover ações que sirvam para avançar rumo a parlamentos mais sensíveis às questões de gênero.

A segunda parte da consulta estratégica estabeleceu de maneira efetiva um roteiro de ações para contribuir com os Mandatos para a Ação da



VII Cúpula das Américas: educação, saúde, energia, segurança, imigração, meio-ambiente, participação cidadã e governabilidade democrática nas Américas e no Caribe. Para tanto, dialogou-se em torno dos recursos disponíveis para a tomada de decisões nos parlamentos em relação aos temas mencionados.

Dando continuidade, seguiram-se turnos de discussões em mesas de trabalho, nas quais as (os) parlamentares expuseram seus pontos de vista e experiências a respeito dos temas considerados chaves para o trabalho legislativo no hemisfério. Finalizadas as trocas de experiências nas mesas redondas, as (os) delegadas (os) expuseram um breve resumo sobre o discutido com o objetivo de compartilhar com as (os) outras(os) delegadas (os) as conclusões de cada mesa. Os resultados destas produtivas sessões de consultas seguirão contribuindo para a implementação do projeto do ParlAmericas no fortalecimento dos parlamentos.



Resultados das eleições

Antes do término da Assembleia Plenária, foi divulgado o resultado das eleições para o Conselho de Administração do ParlAmericas. Foram eleitos dois representantes das sub-regiões da América Central: os parlamentos da Costa Rica e do Panamá; dois representantes de América do Sul: os parlamentos da Argentina e do Suriname; dois representantes do Caribe: os parlamentos de Cuba e de Santa Lúcia. Também foi anunciado que a membro da Assembleia Nacional Gina Godoy do Equador assume o cargo de presidenta do Grupo de

Mulheres Parlamentares, e que a próxima Assembleia Plenária será realizada no Brasil.

Encerramento

Antes do encerramento da Assembleia Plenária, os (as) parlamentares tiveram a oportunidade de informar sobre os avanços obtidos a respeito das recomendações formuladas na Assembleia Plenária do ano anterior sobre os temas do parlamento aberto, da agenda de desenvolvimento pós-2015 e da atenção médica à mulher.

Em seguida, para encerrar a 12a Assembleia Plenária, o deputado Ortega do país anfitrião e a senadora Guerra, presidenta



de ParlAmericas, agradeceram a participação e o compromisso de todas e de todos de trabalharem em seus respectivos parlamentos por iniciativas que permitam o desenvolvimento integral da região. Destacou-se o espírito de colaboração regional para compartilhar as práticas promissoras nos respectivos parlamentos, para poder adotar as estratégias e técnicas segundo os desafios enfrentados por cada país. Finalmente, os dois agradeceram as equipes da Assembleia Nacional do Panamá por suas contribuições para a organização e a realização do evento.



Encontro da sociedade civil durante o II Foro Parlamentar Pequim 20 anos depois

TEMA: Revisão da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim 20 anos depois

DATAS: 17 e 18 de setembro de 2015

LUGAR: Quito, Equador

ANFITRIÕES: Assembleia Nacional do Equador, ONU Mulheres-Ecuador e ParlAmericas

PARTICIPANTES: Mais de 30 parlamentares o Equador, além de delegados da Argentina, Chile, Costa Rica, Nicarágua e Panamá, e mais de 100 ativistas da sociedade civil provenientes de todo Equador

Vinte anos depois da IV Conferência Mundial da Mulher que aconteceu em Pequim, China, muitos aspectos da agenda definida na Plataforma de Ação para o empoderamento das mulheres seguem sem cumprimento. A fim de avaliar os avanços obtidos e as tarefas pendentes do ponto de vista do poder legislativo, as conferências principais e os grupos de trabalho enfatizaram três das esferas de preocupação especial incluídas na Plataforma de Pequim: a mulher e a economia; a mulher e os meios de comunicação; e a menina.

Como parte do foro, o ParlAmericas organizou um encontro entre parlamentares e integrantes da

sociedade civil provenientes de diferentes partes do país, com o fim de dialogar sobre questões relacionadas com o empoderamento econômico das mulheres.

A abertura do encontro, que teve um grande comparecimento, ficou a cargo de Gabriela Rivadeneira e Rosana Alvarado, respectivamente presidenta e vice-Presidenta da Assembleia Nacional. Os debates foram centrados na necessidade de incrementar a participação das mulheres indígenas nos processos políticos, melhorar o acesso ao crédito e à terra para as tarefas agrícolas e evitar a discriminação, a violência e as normas culturais que reproduzem a desigualdade na sociedade.

As trocas se constituíram em importantes oportunidades para seguir fortalecendo a relação entre a sociedade civil e os (as) parlamentares e para garantir que as iniciativas legislativas—nas quais se incluem a declaração final do foro—sejam elaboradas com a contribuição da cidadania. Visite o [blog](#) do evento para obter mais informações, incluindo o texto completo da declaração.



“Assim como nós recebemos bandeiras de luta, quais são as bandeiras de luta que vamos deixar para as gerações futuras?”

Gabriela Rivadeneira,
presidenta da Assembleia
Nacional (Equador)

“A mulher está se fazendo protagonista, não somente nos meios de comunicação, mas também a partir do território, no campo, no bairro, na comunidade”.

**Deputada Martha
Marina González Dávila**
(Nicaragua)

“São urgentes os espaços de diálogo entre parlamentares e a sociedade civil, como mecanismos que nos garantam a legitimação dos acordos feitos e para que se possa executá-los. [Deve-se] fortalecer os laços de conexão em que as mulheres possam trabalhar com o apoio dos parlamentares para garantir seu acesso à economia”.

Deputada Ligia Fallas (Costa Rica)

“Hoje nos encontramos em Quito, mulheres e homens parlamentares das Américas, unidos na firme convicção de que a lei pode ser a guia que marque o caminho para a igualdade e a justiça. Seguimos a senda que já marca 20 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, [que] nos abriga e compromete a todas e a todos a trabalhar para que as convicções que levaram grupos de valorosas mulheres a lutar por este legado de vitória que hoje celebramos não sucumba ante as adversidades e que elas sejam esse farol que nos guia na inquebrantável missão de lutar por uma verdadeira igualdade de gênero que faça de nossa América e do mundo um lugar em que mulheres e homens sejamos iguais e convivamos sem diferenças nem discriminação”.

membro da Assembleia Nacional Gina Godoy (Equador), presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares.



Sessão painel sobre reforma de transparência legislativa no âmbito da Cúpula Mundial da Aliança para o Governo Aberto

TEMA: Reformas no tema de transparência legislativa

DATA: 29 de outubro de 2015

LUGAR: Cidade de México, México

ANFITRIÕES: OEA e ParlAmericas

PARTICIPANTES: Mais de 60 parlamentares, funcionários do governo e representantes da sociedade civil.

Esta sessão painel coorganizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo ParlAmericas teve como finalidade criar um espaço de diálogo e trocas de práticas inovadoras vinculadas à transparência e à abertura legislativas nas Américas.

Participaram do painel Luis Iberico, presidente do Congresso do Peru; Carlos Amarilla, senador do Paraguai; Guadalupe Valdez, deputada da República

Dominicana; Marcela Guerrero, deputada da Costa Rica; e Alejandro Guillier, senador do Chile, que foi o encarregado da moderação desta atividade. Durante o painel foi destacada a importância da transparência e da participação cidadã no seio dos parlamentos, bem como os processos de prestação de contas e o fortalecimento da ética parlamentar como pilares importantes para o sistema democrático.

O presidente Iberico e a deputada Valdez ressaltaram os esforços que vem sendo gestados em relação à participação cidadã no seio dos seus parlamentos. O presidente Iberico observou que no Congresso peruano foram desenvolvidos foros legislativos virtuais, espaços nos quais os cidadãos e as cidadãs podem comentar os projetos que são apresentados. Do mesmo modo, a deputada Valdez mencionou as diferentes ferramentas que existem na página web do parlamento para estabelecer o contato com a cidadania e colocar à disposição dela

as informações sobre o trabalho legislativo.

Por outro lado, a deputada Guerrero destacou que a tecnologia e a inovação deveriam também estar a serviço da transparência e facilitar a interação entre os cidadãos e cidadãs com os parlamentares. Por último, o senador Amarilla ressaltou os esforços do Parlamento uruguaio para combater de maneira firme a corrupção e garantir a transparência e o acesso à informação pública.

A Aliança para o Governo Aberto (AGA), iniciativa multilateral composta por 69 países-membros, tem impulsionado compromissos que implementam os

princípios de transparência, participação cidadã e colaboração nos governos. Este ano, México, país que presidiu a AGA durante 2015, organizou a Cúpula Mundial com a finalidade de promover os princípios de governo aberto no cumprimento dos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Além disso, a Cúpula incluiu uma sessão especial para os parlamentos para incentivar processos de transparência legislativa, fomentar a inovação parlamentar e refletir sobre os desafios para estabelecer parlamentos abertos no mundo.



“É crucial que o vínculo representativo se enraíze entre os cidadãos, reconhecendo a importância do Congresso na democracia”.

Luis Iberico Núñez, presidente do Congresso (Peru)

“Temos que fortalecer a sociedade civil para sua efetiva participação no trabalho dos parlamentos de nossa região. Os cidadãos devem estar permanentemente conectados com o parlamento”.

Deputada Guadalupe Valdez (República Dominicana)

“A inovação deve estar à disposição da democracia”.

Deputada Marcela Guerrero (Costa Rica)

“O ParlAmericas pretende investir ativamente na promoção de parlamentos cada vez mais abertos nas Américas, pois ainda que reconhecendo a existência de várias leis nacionais de transparência e acesso à informação pública, estes princípios requerem uma crescente internalização no trabalho legislativo. Os parlamentos não devem abrir-se somente porque assim determina a lei, mas porque a essência mesma de um parlamento é a abertura à cidadania”.

Senadora Marcela Guerra (México), presidenta de ParlAmericas



Sessão de trabalho da Rede de Parlamento Aberto no âmbito da Cúpula Mundial da Aliança para o Governo Aberto

TEMA: Governo e parlamento abertos

DATA: 29 de outubro de 2015

LUGAR: Cidade do México, México

ANFITRIÕES: Senado do México

PARTICIPANTES: 34 parlamentares representando 21 países

A Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas promove a transparência, acesso à informação pública, prestação de contas, participação cidadã e probidade no interior das assembleias nacionais dos países-membros. Desde sua recente incorporação ao ParlAmericas em setembro de 2015 como grupo permanente, esta Rede continua realizando atividades que consolidam e estimulam a abertura legislativa nos parlamentos das Américas e do Caribe.

Esta sessão de trabalho da Rede de Parlamento Aberto teve por finalidade estabelecer um diálogo e discussão sobre as ações e iniciativas para promover a transparência, acesso à informação pública, prestação de contas, participação cidadã e probidade no interior dos parlamentos das Américas e do Caribe entre parlamentares e representantes de organismos internacionais participantes.

A senadora Guerra deu início à reunião após uma breve introdução ao trabalho que o ParlAmericas realiza na região. No seu discurso,

ela ressaltou a incorporação da Rede ao ParlAmericas e destacou a importância das atividades que vem realizado. Continuando com a reunião o senador Hernán Larraín, presidente da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas apresentou às (aos) delegadas (os) uma exposição sobre a história, perspectivas de trabalho e ações da Rede.

Imediatamente, iniciou-se o diálogo entre as (os) participantes sobre o plano de ação que a Rede desenvolveu para o período 2016-2018. Para concluir a sessão de trabalho, o senhor Scott Hibli, diretor de Programas de Governança do Instituto Nacional Democrático (NDI), apresentou os avanços que foram realizados em relação ao tema do governo aberto relativos aos legislativos nacionais da região.

“Os princípios da sociedade aberta, parlamento aberto ou governo aberto, são ao mesmo tempo um meio e um fim, porque são uma forma de chegar e também um objetivo a alcançar. Do contrário, vamos ficar de fora do curso da história. E se não somos capazes de assumir estas representações, abrindo-nos, incorporando os cidadãos nas nossas decisões, assumindo a agenda cidadã, mirando o país no seu desenvolvimento estratégico futuro, dificilmente vamos ser relevantes, e a crise política será inevitável”.

Senador Hernán Larraín (Chile)





“Temos que iniciar o empoderamento da cidadania sobre a qual se dedicam os congressos até onde a lei pode nos beneficiar. [No meu país) temos um processo de socialização de nossas leis não apenas nas comissões, em que convocamos os diferentes grupos, mas também enquanto comissões vamos a outros espaços e socializamos as leis que, no Equador, são discutidas com diferentes setores”.

Membro da Assembleia Nacional María Verónica Rodríguez (Equador)

“Estou convencido de que [a transparência e a prestação de contas] são ferramentas [para a transparência] que em lugar de transformarem-se somente num fim, também podemos utilizá-las como um meio para conseguir muito mais coisas nesta agenda de como aumentar a produtividade do Estado”.

Deputado Martín Lousteau (Argentina)

“Cremos que este é um processo irreversível, e mais cedo do que tarde haveremos de ter toda a bateria de instrumentos legislativos; porém, fundamentalmente, é uma mudança cultural que nos permite avançar neste esquema. Três anos atrás não se falava destes temas, e hoje eles já têm uma agenda muito dinâmica”.

Senador Carlos Amarilla (Paraguay)



Delegações parlamentares na Missão de Observação Eleitoral do ParlAmericas no Haiti

TEMA: Fortalecer a democracia, os processos eleitorais e a liderança política das mulheres

DATAS: 22 a 27 de outubro de 2015 e 8 a 12 de dezembro de 2015

LUGAR: Porto Príncipe, Haiti

ANFITRIÕES: Missão de Observação Eleitoral do ParlAmericas no Haiti

PARTICIPANTES: 5 parlamentares da América Latina e 10 ex-parlamentares canadenses

Missão de Observação Eleitoral no Haiti

Após a assinatura de um Memorando de Entendimento com o Conselho Eleitoral Provisional, o ParlAmericas concretizou o

lançamento da Missão de Observação Eleitoral no Haiti (MiOEH) para as eleições presidenciais, parlamentares e locais que aconteceram no dia 25 de outubro de 2015, bem como para os turnos eleitorais posteriores.

Os objetivos da MiOEH consistem em oferecer uma avaliação sistemática, independente e imparcial do processo eleitoral, simultaneamente ao desenvolvimento de um diálogo destinado a promover uma conduta eleitoral inclusiva e baseada em normas. A iniciativa foi implementada por uma equipe de especialistas técnicos e analistas e com o envio de observadores de curto e de longo prazos.

A partir da informação obtida nas reuniões com as partes interessadas (que incluíram candidatos, representantes de partidos políticos, a sociedade civil e administradores eleitorais em cada um dos departamentos do país), a MiOEH

emite declarações periódicas sobre os diversos aspectos do processo eleitoral, que incluem o ambiente que envolveu a campanha, os preparativos operacionais e a participação das mulheres na tomada de decisões políticas.

A MiOEH continuará observando o processo eleitoral até o segundo turno das eleições, programado para o dia 24 de abril de 2016. Na etapa pós-eleitoral, está prevista a emissão de um Informe Final e a realização de consultas com os (as) parlamentares haitianos referentes às recomendações para fortalecer o marco democrático.

Delegações parlamentares

O ParlAmericas enviou delegações de legisladores (as) e ex-legisladores (as) de todo o continente americano para respaldar as atividades da MiOEH em curso e para que promovessem a continuidade da cooperação interparlamentar em matérias como o fortalecimento democrático e os direitos humanos.

No dia 25 de outubro, data em que as eleições foram realizadas, enviamos uma delegação parlamentar de observadores de curto prazo formada por Gina Godoy, membro da Assembleia nacional do Equador, e 10 canadenses com experiência em cargos eletivos em nível federal, provincial ou municipal.

Ao longo de seis dias, os observadores se reuniram com organizações internacionais, funcionários do governo, grupos da sociedade civil e atores políticos para compreender em maior profundidade o contexto eleitoral no Haiti e trocar sua experiência e conhecimentos e o seu compromisso com os valores democráticos compartilhados. No dia das eleições, os delegados se postaram nos centros de votação distribuídos por todo o país para observar o processo eleitoral e a contagem dos votos. A MiOEH emitiu uma declaração na qual resume suas observações preliminares numa conferência de imprensa realizada 48 horas após a jornada eleitoral.

Na sua condição de presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, a membro da Assembleia Nacional



Godoy manteve reuniões com partes interessadas nos âmbitos nacional e internacional e participou de uma mesa redonda com os grupos da sociedade civil na qual os temas principais foram as estratégias para superar as barreiras políticas que obstaculizam o avanço das mulheres. Tais reuniões incluíram um diálogo com Gabrielle Hyacinthe, a ministra encarregada dos assuntos da mulher, sobre as melhores práticas para aumentar a participação das mulheres nas eleições.

A partir do êxito dessa primeira delegação, foi organizada uma

segunda delegação parlamentar no começo de dezembro, liderada pela membro da Assembleia Nacional do Equador, Gina Godoy, presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares. A delegação também contou com a participação de outros (as) parlamentares da América Latina: a deputada Ligia Fallas, da Costa Rica; a senadora Máxima Apaza, da Bolívia; o deputado Luis Alberto Batres, de El Salvador e a congressista Carmem Omonte, do Peru.

As (os) delegadas (os) participaram de diálogos oportunos e construtivos através de reuniões,

conferências e mesas redondas com diversos atores políticos que participaram do processo eleitoral. Os temas principais das trocas foram reforma eleitoral, incorporação da igualdade de gêneros nos Paramentos e partidos políticos, violência contra as mulheres durante as eleições e a colaboração com organizações locais e internacionais a fim de melhorar a sensibilidade às questões de gênero no processo eleitoral.

Entre as atividades realizadas pela delegação se destaca a participação numa conferência sobre violência eleitoral organizada pela ONU Mulheres, o PNUD e o ministério haitiano para os assuntos da mulher. A membro da Assembleia Nacional do Equador, Gina Godoy, e a deputada Fallas participaram de painéis nos quais compartilharam as experiências aprendidas em seus respectivos países. Os delegados também participaram de mesas redondas com candidatas e ativistas, nas quais também compartilharam suas perspectivas sobre os direitos e a organização política das mulheres.



“As mesas de discussão foram espaços de inclusão horizontais, que nos permitiram escutar os parlamentares haitianos e as organizações sociais, oferecendo-lhes nossos apoio e solidariedade”.

Senadora Máxima Apaza (Bolívia)

“Estes encontros permitiram visualizar o estado da situação política, econômica e social no Haiti. É o momento ideal para somar a consciência de mulheres e homens haitianos na construção de uma real democracia representativa e equitativa”.

Deputado Luis Alberto Batres (El Salvador)

“O Haiti enfrenta desafios significativos com perseverança e decisão, como a integração das mulheres nos espaços de decisão política. Toda a sociedade deve oferecer oportunidades às mulheres e impulsionar a participação delas na construção de um país melhor”.

Congressista Carmen Omonte (Perú)

Operações e finanças

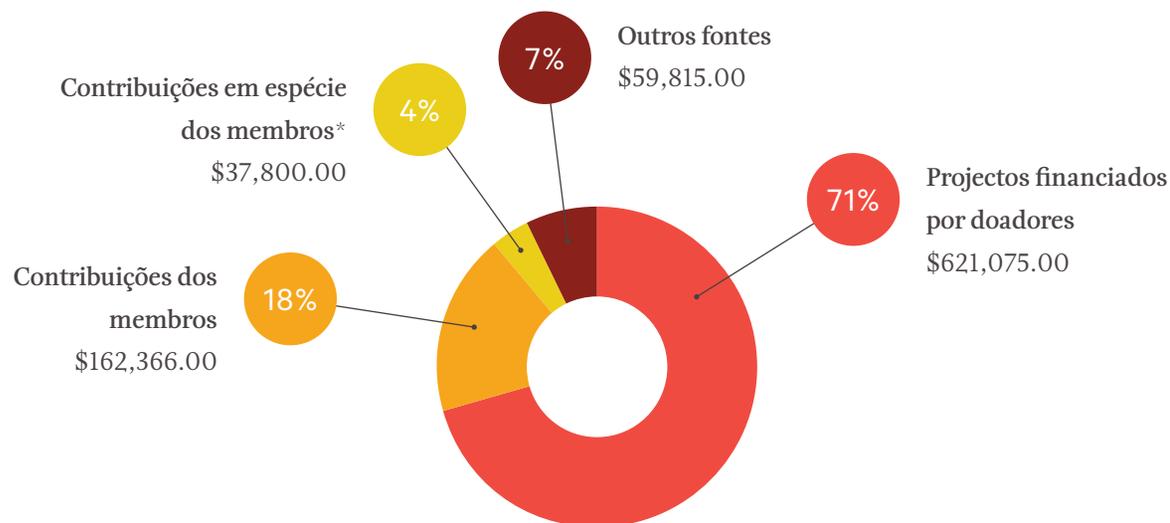
As operações e atividades do ParlAmericas durante o exercício fiscal 2014-2015 foram financiadas através do apoio dos seus parlamentos-membros e o generoso aporte do Governo do Canadá.

***NOTA:** As contribuições em espécie são calculadas somente quando é possível estimar razoavelmente os valores justos de mercado ou quando o parlamento-membro oferece documentação comprobatória. O ingresso mostrado não constitui uma representação exata do valor total das contribuições em espécie recebidas dos parlamentos-membros no curso usual das atividades do ParlAmericas através do seu trabalho como anfitrião de diversas atividades.

Fonte: Situação financeira anual auditada do ParlAmericas – Setembro de 2015

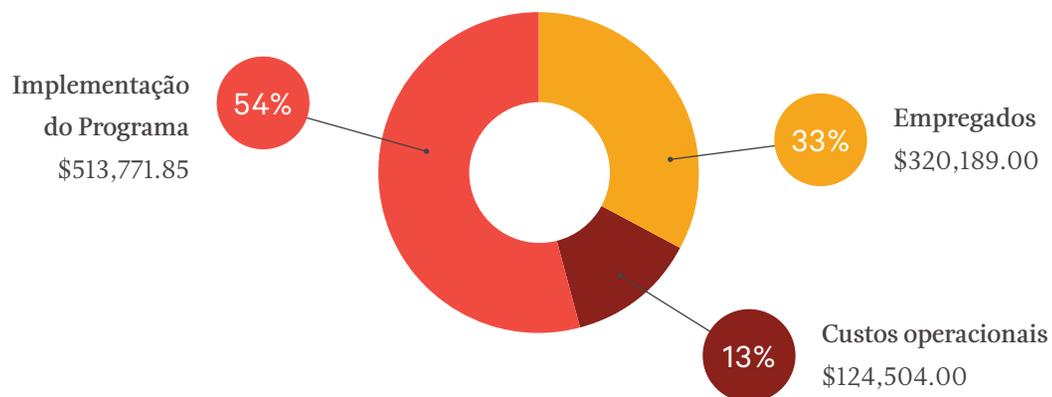
Contribuições 2014 - 2015

Total : \$881,056.00



Gastos 2014 - 2015

Total : \$958,464.85



Obrigado por terem sido parte do ParlAmericas durante 2015! Esperamos seguir trabalhando com todos e contribuindo para os êxitos alcançados.

- Equipe do ParlAmericas

ALISHA TODD

Diretora geral

DEBORAH NOVAES

Assistente de Programa

NATALÍ CASANOVA

Responsável por Programa – Parlamento Aberto

ÁLVARO TERÁN

Assistente de Programa

LISANE THIRSK

Responsável por Programa – Equidade de Género

THAÏS MARTÍN NAVAS

Rerente de Relaciones Públicas (licenciada)

ANABELLA ZAVAGNO

Gerente de Programas

LOURDES LI

Responsável por Comunicações e Eventos

THOMAS CORMIER

Diretor de Programa para Haiti



710 - 150 Wellington St, Ottawa, Ontario, K1P 5A4, Canadá

Telephone : + 1 (613) 594-5222 | Fax : + 1 (613) 594-4766

www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

